



## **Teologia moral, bioética e cultura da morte: desafios para a Pastoral**

*Moral theology, bioethics and culture of death: challenges to Pastoral*

**José Antonio Trasferetti<sup>1</sup>**

Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP - Brasil, e-mail: trasferetti@uol.com.br

### **Resumo**

Este artigo objetiva explicitar a Teologia Moral em suas relações práticas com o cotidiano da sociedade civil em contexto de crise social. Num universo multicêntrico, sem um princípio moral estruturante, os desafios são imensos, sobretudo diante do vasto campo da bioética e da “cultura da morte” presente na sociedade latino-americana. Neste artigo, vamos considerar a Teologia Moral e sua produção num contexto de crise social. Na verdade,

---

<sup>1</sup> Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Strictu sensu* em Filosofia da PUC-Campinas (2004-2007). Diretor da Faculdade de Filosofia da mesma universidade (2006-2010). Editor da revista *Prótesis* (2004-2007). Presidente da Sociedade Brasileira de Teologia moral (2003-2009).

trata-se de apresentar caminhos, orientações práticas para a realização de escolhas morais que permitam aprimorar o sentido da vida em ambientes de pluralismos abertos sem um horizonte de estrutura definido. A teologia moral enquanto ciência prática deve produzir uma reflexão que contribua para a formulação de uma consciência que permita o pleno discernimento tendo em vista escolhas morais consistentes e precisas.

**Palavras-chave:** *Teologia moral. Bioética. Cultura da morte.*

### **Abstract**

*This article deals with Moral Theology explicit in its relations with the everyday practices of civil society in the context of social crisis. In a multicenter universe without a structuring moral principle, the challenges are immense, especially on the vast field of bioethics and the "culture of death" in this Latin American society. In this article, we consider the Moral Theology and its production in a context of social crisis. In fact, it is present paths; practical guidelines for conducting moral choices that allow enhance the meaning of life in an environment of open pluralism without a horizon defined structure. Moral theology as a practice science should produce a reflection that contributes to the formulation of a consciousness that allows full insight in order moral choices consistent and accurate.*

**Keywords:** *Moral theology. Bioethics. Culture of death.*

---

### **Introdução**

A teologia moral é uma ciência que vem se desenvolvendo muito nos últimos anos. Em 2006, na cidade de Padova/Italia, foi realizado um congresso mundial contando com a presença de mais de 400 eticistas oriundos dos cinco continentes (KEENAN, 2010). Em 2010, outra edição do evento ocorreu na cidade de Trento, também na Itália. Vários países possuem uma sociedade que agrega teólogos eticistas para reuniões, congressos e outros eventos. As preocupações com as questões que envolvem a sociedade civil e seus contextos práticos têm tomado

tempo e trabalho dos nossos teólogos. Trata-se evidentemente de um caminho carregado de desafios que vem sendo enfrentado com coragem e ousadia. Neste artigo, consideramos a Teologia Moral e sua produção num contexto de crise social. Na verdade, trata-se de apresentar caminhos, orientações práticas para a realização de escolhas morais que permitam aprimorar o sentido da vida em ambientes de pluralismos abertos sem um horizonte de estrutura definido. A teologia moral como ciência prática procura orientar os cristãos diante da realidade da vida cotidiana, sobretudo, em questões relacionadas com a bioética ou mesmo diante de uma “cultura da morte”.

### **Teologia moral e crise social**

Vivemos num contexto social cujos paradigmas estão se transformando rapidamente. Afirma Schockenhoff (2010, p. 369) que atualmente “temos um universo policêntrico que é definido pela falta de um princípio estrutural dominante e por uma pluralidade de perspectivas que gozam de igual posição”. Essa cultura policêntrica que caracteriza o comportamento de pessoas e instituições tem gerado situações sociais, culturais e religiosas que manifestam um estado de crise. Essa é uma crise econômica global que tem evidentemente suas incidências sobre a vida moral de pessoas ou de grupos. A crise atual é estrutural e formal (OLIVEIRA, 1993). Estrutural porque afeta a vida das instituições (família, escola, igreja, polícia etc.) e formal porque tem colocado em xeque-mate o papel dos agentes morais como indivíduos dotados de comportamento ético. Não se trata de uma crise passageira, mas de um processo permanente deixando atônitos todos os envolvidos. É necessário estarmos atentos e nos prepararmos para enfrentá-la.

As sociedades na cultura pós-moderna são cada vez mais complexas, abertas e dinâmicas (HARVEY, 1992). As mudanças são bruscas e profundas, transformando inclusive os valores que permeiam o tecido social dos países e continentes. Os valores são transmutados, renovados e invertidos. Vivemos um grande caos moral. Os exemplos são muitos. Pais que agredem ou matam seus próprios filhos; professores que maltratam alunos; alunos

que ofendem professores; policiais que se corrompem; políticos que usam o dinheiro público para interesses pessoais e assim por diante. O cidadão comum, honesto, trabalhador se pergunta: mas que mundo é esse?

Estamos todos indignados! O caráter cético ou niilista da sociedade de massa não é difícil de ser compreendido. O mundo dos *shopping centers*, das vitrines coloridas, a sensação de vazio ao fazermos uma compra tem produzido uma cultura do nada. Um nada que se expressa na indiferença e apatia de muitos brasileiros (TRASFERETTI, 2007). Crescemos tecnologicamente, é verdade, mas estamos cada vez mais empobrecidos como pessoas humanas. Mediocridade e banalidades reinam em nossas relações. O sorriso fácil estampado no rosto de milhões de brasileiros beira a mentira ontológica que se consome entre um hamburger e outro. Como recuperar a saúde pessoal? Como curar a alma do sofrimento e da fragmentação banal? Os males dos homens contemporâneos estão em livros, revistas, periódicos, jornais e televisão.

Para Bauman (1997), é possível observar que o mal-estar na atual civilização está associado a um estilo de vida que conduz as pessoas à ausência de si mesmas. De acordo com Vidal (2003), a Teologia Moral é uma ciência prática que procura ajudar as pessoas no discernimento no momento das escolhas morais. Fazemos escolhas morais todos os dias de muitos modos, mas como fazer boas escolhas morais vivendo num país eminentemente corrupto? Do ponto de vista moral, estamos vivendo momentos complexos no Brasil e no mundo. A violência não tem fim! É comum encontrarmos pessoas que não sabem discernir entre o ato moral “correto” e o “incorreto”. Justiça e injustiça são valores que se perderam no tempo criando confusão na sociedade. Muitos vivem como folhas balançadas pelo vento, não têm raízes. Pessoas assim são levadas pelo consumismo e se perdem neste emaranhado de nomes e cores disformes, pior ainda: na sociedade pós-moderna o poder social sobre as pessoas aumentou. Somos vítimas de um mundo dominado pelo *marketing*. O mercado com o seu desejo insaciável de lucro molda o comportamento de todos.

O filósofo Giovanni Reali (1999) aponta em dez pontos os males da sociedade atual: 1) o cientificismo e o redimensionamento da razão do homem em sentido tecnológico; 2) o ideologismo absolutizado e o esquecimento do ideal do verdadeiro; 3) o praxismo com sua exaltação da ação

pela ação e o esquecimento do ideal da contemplação; 4) a proclamação do bem-estar material como sucedâneo da felicidade; 5) a difusão da violência; 6) a perda do sentido da forma; 7) a redução do Eros à dimensão do físico e o esquecimento da “escala do amor” platônica (e do verdadeiro amor); 8) a redução do homem a uma única dimensão e o individualismo levado ao extremo; 9) perda do sentido do cosmos e da finalidade de todas as coisas; 10) o materialismo em todas as suas formas e o esquecimento do ser, a ele vinculado. Pois bem, devemos procurar os remédios para esses males para que os momentos de crise sejam superados e o ser humano possa triunfar em seu protagonismo de ser, criador e gestor deste mundo cada vez mais complexo. Superar as crises tem sido um grande desafio, mas não é uma tarefa impossível. É preciso usar nosso livre-arbítrio para questionar as estruturas dessa sociedade de consumo que se inter-relacionam em nosso ambiente. A viagem interior de que nos fala Reali (1999) será sem dúvida um caminho para o encontro do homem consigo mesmo e com a natureza projetando uma sociedade rica em democracia e em plenitude para todos os seres vivos.

A globalização em viés econômico se faz presente e o neoliberalismo de caráter mercantil se impõe fortemente (OLIVEIRA, 2001). Um tempo altamente influenciado pelos meios de comunicação de massa e pelas novas tecnologias. O cidadão está confuso! Não tem ideias claras, é facilmente levado pelas novas estratégias de *marketing*. Para Bernard Haring (1989), nos tempos atuais é fundamental o desenvolvimento da virtude da crítica como instrumento para auxiliar a consciência moral na importante tarefa do discernimento. A desorientação moral ganha corpo em nossa sociedade. O velho se confunde com o novo e o novo não responde aos apelos de uma ordem social harmoniosa. A crise de sentido afeta a todos, gerando uma perda do caminho a percorrer.

Quando eu era jovem estudante, falávamos em “projeto de vida”. Era a palavra que mais se ouvia pelos corredores da faculdade. Hoje, os jovens andam com seus celulares e computadores; entretanto, não sabem para onde ir. Confusão e crise de sentido generalizada. Novas formas de vida social estão se configurando no seio da sociedade deixando muitas pessoas perplexas. Novos valores e novas formas de vida estão criando uma situação pós-moderna caracterizada pela multiplicidade de sentidos

e significados em pluralismo que se opõem colocando grandes desafios para a teologia moral do futuro. De acordo com Schokenhoff:

Os elementos individuais competem uns com os outros, o pluralismo como um “cartão de visita” intelectual da idade moderna apresenta uma estrutura explicitamente antagonista: as várias perspectivas que oferecem uma interpretação do mundo estão fechadas em combate. Elas são marcadas pela discórdia e interesses conflitantes e se recusam a deixar-se integrar em uma síntese maior, na qual as atitudes pudessem ser reconciliadas (SCHOKENHOFF, 2010, p. 369).

O Congresso promovido pela Sociedade Brasileira de Teologia Moral em 2009, tentando responder à pergunta sobre qual seria uma ética teológica para um mundo em crise, trouxe uma série de novos conteúdos para a Teologia Moral. A riqueza e a diversidade dos temas são enormes. Para Marciano Vidal (2003), uma moral do futuro precisa ser mais “simplificada” e “reduzida ao essencial”. Deve oferecer um serviço “de sentido” para orientar a revolução axiológica que está ocorrendo na humanidade. É fácil perceber que o mundo moral está passando por uma constante revolução do comportamento. As mudanças são muitas e às vezes bruscas, afetando os costumes morais, a estimativa ética e a axiologia de um modo geral. Valores são invertidos, transmutados, reinventados. Os tempos mudaram, novos interlocutores surgiram.

Para Marciano Vidal (2003), em contextos de pluralismos diversificados, mais do que “moral de obrigações” ou de “preceitos” tendo em vista o “mínimo”, a moral do futuro precisa ser uma “moral de sentido”. A teologia moral do futuro precisa incorporar também a discussão sobre uma sociedade que elimine do seu seio o “*ethos*” da exclusão social e moral. Apesar dos avanços, ainda existem na sociedade brasileira atitudes e posturas que procuram eliminar o outro, seja ele nascido ou não.

A Ética Primeira de que fala o filósofo Lévinas (1993), implica numa postura de acolhida, de amor e de complacência para com os desprotegidos. Marciano Vidal (2003) afirma que a Teologia deve centrar suas preocupações na defesa apaixonada do “outro”, denunciando todas as formas de exclusão. Nesse contexto, não podemos prescindir de um

trabalho aprimorado em torno do tema da consciência moral e das denúncias contra o chamado “pensamento único”<sup>2</sup> que tudo controla e nos faz escravos do mercado e do consumismo alienado. O trabalho da teologia moral deve propor alternativas proféticas incluindo os elementos próprios da fragilidade humana. A lei moral não pode mais prescindir das circunstâncias que compõem a existência humana em sua base real e em suas motivações fundamentais. Para a construção de uma teologia moral que responda às transformações do nosso tempo, indicamos como exigência primeira a necessidade de um retorno às fontes, readequação da metodologia e reorientação dos conteúdos.

O destinatário da teologia moral tradicional era o confessor, o qual era compreendido como uma espécie de “juiz do tribunal da penitência”. Tratava-se, então, de uma moral “clerical”. O confessor detinha o poder de explicitar as normas e as leis para a conduta dos cristãos. O “leigo” era apenas um “penitente” que simplesmente acatava ordens superiores. Os manuais e toda a casuística caminhavam nesse sentido. Durante anos, os professores de teologia moral eram formados e formavam no contexto dessa perspectiva. Decoravam regras e impunham normas de conduta. A conduta moral já estava determinada. Os cristãos apenas cumpriam ordens. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), a teologia moral deixou de ser a moral do confessor. Isso não significa dizer que a importância do sacramento da reconciliação diminuiu, mas que o contexto social e eclesial foi aos poucos se modificando.

O teólogo alemão Bernard Häring foi quem provocou uma grande mudança para que esta compreensão viesse à tona. Seu livro *A Lei de Cristo – Teologia moral para padres e leigos* (1950) foi um grande avanço. A expressão “leigos”, que apareceu no subtítulo, era uma forma sutil de afirmar uma teologia que se erguia contra o velho clericalismo. Atualmente se fala de uma teologia moral para todos. Segundo Häring (1982), é dos cristãos que se trata, simplesmente dos cristãos na atualidade, dos cristãos no mundo e da igreja, dos “cristãos adultos”. Ser um “cristão adulto” em termos de teologia moral significa procurar a verdade

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada pelo teólogo José Comblin em seu livro *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 286.

da consciência. O próprio teólogo moralista deve escutar especialmente aqueles que diante do mundo, parecem não ter voz. Antes de ditar regras ou julgar a conduta alheia, é preciso ter o discernimento do acolhimento e da escuta. Todo padre, ou mesmo leigo(a), para ser um bom teólogo moralista, deve olhar para o ser humano com carinho. O acolhimento pastoral, o abraço amigo deve ser sempre nossa atitude primeira.

Diante de sociedades complexas, abertas e indefinidas, nós, teólogos moralistas, temos a tarefa de informar corretamente o Povo de Deus no árduo trabalho da formação da consciência para o pleno discernimento, tendo em vista escolhas morais que sejam geradoras de vida em abundância. São muitas as pessoas que precisam de uma palavra amiga, de um abraço fraterno, de um sorriso nos lábios. Necessitamos sim de uma teologia moral em sintonia com o magistério, mas que ao mesmo tempo seja misericordiosa como o coração do Pai. Num contexto de crise moral e de perspectiva de construção de uma nova teologia moral é preciso enfrentar os grandes desafios apresentados pela bioética e pela “cultura da morte”, especialmente, no contexto das nossas atividades pastorais.

## **Teologia moral e questões de bioética**

Foi o oncologista americano Van Rensselaer Potter quem cunhou o termo “bioética”. Seu livro *Bioethics: bridge to the future* foi publicado em 1971. Essa publicação foi dedicada ao seu amigo Aldo Leopold, professor da Universidade de Wisconsin, que pioneiramente começou a discutir uma “Ética da Terra”. Potter pensa a bioética como uma ponte entre a ciência biológica e a ética. Para Leo Pessini (2006), sua intuição consistiu em pensar que a sobrevivência de grande parte da espécie humana numa civilização decente e sustentável dependia do desenvolvimento e da manutenção de um sistema ético. No termo “bioética” (do grego “bios”, vida; e “ethos”, ética), “bio” representa o conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos, e “ética” o conhecimento dos valores humanos.

Potter almejava criar uma nova disciplina em que acontecesse uma verdadeira interação entre o humano e o meio ambiente. De 1971 até os dias de hoje, a bioética tornou-se uma espetacular história de sucesso.

Temas relevantes envolvendo as questões em torno da vida (nascimento, desenvolvimento, morte) são discutidos e aprofundados em congressos, seminários, simpósios, comitês de ética, pastoral da saúde, direções de hospitais, relação médico/paciente. Para Bernard (1998) e Chiavacci (2004), a bioética tem sido aprimorada pelo diálogo com as diferentes tradições de pensamento, sejam elas de vertente secular ou religiosa, refletindo a diversidade da esfera pública. Nós, teólogos moralistas, precisamos aprender a respeitar o pluralismo presente na sociedade e construir uma teologia que – como afirma o teólogo moralista José Roque Junges (2006) – seja pública.

Novas questões têm sido colocadas para o debate internacional, sobretudo, a profunda reflexão que circunda as questões relativas ao pós-humanismo (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2001). São temas variados que incluem cibernética, clonagem, dignidade humana, embrião e feto, pesquisas com células-tronco embrionárias, tecnologia médica, nanotecnologia, envelhecimento e o idoso, intervenções antienvelhecimento, pacientes terminais e as grandes questões éticas. Para Leo Pessini (2006), a reflexão potteriana de bioética antecipa-se a toda problemática ecológica de hoje e tem muita sintonia com causa ecológica das Nações Unidas. Pessini e Barchifontaine (2001) identificam três grandes desafios a serem enfrentados em nosso tempo. O primeiro refere-se à necessidade de manter a paz no mundo; o segundo, à luta contra a pobreza; o terceiro, à preservação do planeta terra com todos os seus ecossistemas de vida. Entramos em sério conflito com o nosso próprio habitat, com a mãe natureza. Esses três desafios são interdependentes. Ações nessa direção já estão sendo desenvolvidas.

A Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 2008, e as situações reais vividas pela sociedade brasileira têm suscitado muitos temas para o nosso debate. As questões são amplas e profundas. Escolher a vida em sua defesa e promoção não se relaciona apenas a questões internas da Igreja, mas também à Teologia de um modo geral e à sua inserção no mundo científico. A questão do estatuto antropológico do embrião humano tornou-se um autêntico desafio para o discurso teológico-moral. A resposta a esta interrogação implica numa correta avaliação sobre temas como: a noção exata de aborto moral, a

avaliação ética dos métodos contraceptivos para o controle da natalidade, a licitude do uso terapêutico das células-tronco embrionárias, o diagnóstico antes da implantação com a consequente redução embrionária.

Todas essas questões demandam profundas reflexões, cuja racionalidade supõe diálogo com todas as partes envolvidas. Os dados científicos (da genética, da embriologia, da fetologia, da obstetrícia e outros), bem como os dados filosóficos e teológicos, encontram-se ainda em estudos e as posições obedecem a uma metodologia de diálogo e corresponsabilidade. Para Vidal (2003), a teologia moral respeita o pluralismo cultural; entretanto, formula suas orientações inspirada em dados científicos e na racionalidade filosófica e teológica. No período histórico considerado pré-científico, a reflexão moral utilizava duas categorias para enfrentar a questão do começo da vida humana, ou seja, da animação (infusão da alma) e a formação (entendida como a conformação suficiente do feto para receber a animação). As discussões sucederam-se durante séculos e apesar das controvérsias, chegou-se à conclusão da distinção entre o feto formado (animado) e o não formado (não animado).

Os padres da Igreja dividiram-se em duas correntes de pensamento: os que eram partidários da “animação” imediata (desde o momento da concepção) e os que eram da animação mediata ou “retardada” (depois de certo tempo). Essa distinção com consequências canônicas desapareceu com a Constituição Apostólica Sedes de Pio IX em 1869. Durante o último terço do século XX, o Magistério tratou de adequar sua doutrina sobre o estatuto do embrião humano aos dados novos da ciência. Na introdução do documento *Donum Vitae* (I, 5) existem duas afirmações que apresentam o quadro atual: 1) “o magistério não se comprometeu expressamente com uma afirmação de natureza filosófica”; 2) “essa congregação conhece as discussões atuais sobre o início da vida do homem, sobre a individualidade do ser humano e sobre a identidade da pessoa”.

O Magistério Eclesiástico atual afirma que a vida humana deve ser respeitada com todas as exigências éticas de ser pessoal desde a fecundação. O Concílio Vaticano II na Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* (n. 15) enfatiza: “a vida humana desde sua concepção há de ser salvaguardada com máximo cuidado”. E esta é a doutrina que repetiram, em múltiplas ocasiões, os últimos papas (de Pio XII até Bento XVI)

assim como as Conferências Episcopais Católicas. Desse modo, o magistério eclesiástico defende que os processos vitais acontecem desde a fecundação até a morte, constituindo-se num bem em si, devendo ser respeitado no plano ético e protegido de forma plena no plano jurídico.

O papa João Paulo II, no início da encíclica *Evangelium Vitae* (1995) procura relacionar de forma precisa a grandeza e o valor precioso da vida humana ao valor incomparável de cada pessoa humana. O ser humano é chamado a viver como pessoa numa dimensão de profunda dignidade. O Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*, n. 27) condenou de forma veemente todas as ações humanas que se opõem à dignidade da vida. Infelizmente, como o próprio papa João Paulo afirmou em sua encíclica, vivemos numa “cultura de morte”.

Considero altamente positiva as discussões sobre o aborto no contexto da sociedade atual. A participação da sociedade civil, incluindo médicos, juristas, teólogos e outros cientistas, têm permitido contribuições valiosas. Para a moral católica, a vida tem início com a fecundação do óvulo pelo espermatozoide se tornando factível a partir da nidação, ou seja, quando o zigoto se fixa no endométrio. O Estado tem obrigação de assegurar esta vida em sua ampla acepção, garantindo por todos os meios o direito deste ser de continuar vivo e de ter vida digna. A constatação científica atual é de que o feto é individualidade diferente da mãe que o gera porque tem DNA próprio não se confundindo com o da mãe ou do pai. Quando a mulher, em comunhão com o seu parceiro ou não, interrompe uma gravidez não planejada, está violando o direito à vida de outro ser.

Para o magistério eclesial, a vida começa com a fecundação e isso é fundamental. O zigoto formado, o embrião constituído, o feto que se desenvolve, a criança que nasce, o adolescente que progride, o adulto que se constrói, o ancião que declina constituem uma totalidade única, chamada vida. A Teologia Moral deve dialogar e ao mesmo tempo exigir do chamado “Estado Laico” o cuidado com a vida em todos os momentos de sua trajetória, ou seja, da fecundação ao seu declínio natural.

A concepção de que o direito de abortar decorre do direito da mulher ao próprio corpo na esfera do direito de autonomia reprodutiva está ultrapassada. Penso que o direito de escolha do casal, como expressão da sua liberdade, acontece em momento anterior – quando o casal decide

conceber ou não. Uma vez gerada a vida, ela não pertence mais à mulher ou ao casal. Ao Estado compete desenvolver programas de proteção à mulher, sobretudo educação sexual e planejamento familiar. A situação das mulheres é preocupante! Há necessidade de uma política cada vez mais rigorosa de proteção à mulher. O Estado não pode se omitir e simplesmente colocar a questão como de saúde pública procurando soluções fáceis; deve desenvolver programas consistentes e duradouros. Para mim, a questão não é abortar ou não, mas conceber ou não.

Portanto, trata-se de um direito anterior. No mundo atual, com tantos avanços técnicos e científicos, o tema da sexualidade não pode mais ser um tabu ou tratado com ignorância. Infelizmente, ainda encontramos muitos pais e mães que não sabem ou não querem conversar com seus filhos. Pensamos que todas as instituições brasileiras: Estado, Família, Escola, Igreja, deveriam estar ativas desenvolvendo práticas de educação sexual e planejamento familiar para que se evite, ao máximo, uma gravidez indesejada; cada qual com o seu enfoque e suas responsabilidades. O cidadão ou a cidadã escolhe com os critérios de uma consciência esclarecida qual caminho seguir. Para nós, o foco não é “políticas para o aborto”, mas “políticas para a vida”.

A mensagem central da V Conferencia Geral do Episcopado Latino-americano aos povos da América Latina e do Caribe (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007) aponta que as agudas diferenças entre ricos e pobres nos convidam a trabalhar com maior empenho para que o pão da vida seja partilhado em todas as mesas. Não podemos em nome de um possível direito da mulher justificar a incompetência administrativa de um Estado que abandona as pessoas à própria sorte. Os militantes cristãos precisam participar deste debate com a racionalidade que os argumentos exigem. Fundamentalismos e radicalismos de ambos os lados não contribuem, apenas exasperam posições, dificultando o necessário diálogo para o bem do nosso povo.

Após as longas discussões sobre pesquisas com células-tronco embrionárias, outro complexo tema tem sido objeto de debate. O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou seu olhar sobre a questão da possibilidade da interrupção da gestação em casos de anencefalia. Anencefalia é resultado da falha de fechamento do tubo neural decorrente de fatores genéticos

e ambientais, durante o primeiro mês de embriogênese. Pode ser também compreendida como a ausência completa ou parcial e variável de partes do cérebro, mas partes do encéfalo sempre estão presentes. Ocorre normalmente entre o 16º e o 26º dia de gestação. Com os instrumentos modernos de ultrassom, a malformação é de fácil diagnóstico.

O debate teve como pano de fundo as questões relacionadas com o caso da menina Marcela de Jesus Ferreira, diagnosticada ainda no útero da mãe, em 2006, como anencéfala. A previsão médica era de que morreria antes do parto ou com poucos dias de vida. Ela, no entanto sobreviveu quase dois anos. Como sempre, está em jogo a questão da dignidade da pessoa humana. A questão central é: existe vida humana ou ao menos o seu potencial num feto cujo cérebro não se desenvolveu? A discussão é polêmica.

Os possíveis argumentos favoráveis são: 1) feto anencéfalo não tem atividade cerebral e a maioria morre em até 72 horas; 2) a gravidez de um anencéfalo traz riscos à saúde física e mental da mulher, com mais chances de hipertensão e outras doenças vasculares e depressão pós-parto; 3) a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a anencefalia como doença incompatível com a vida. Os possíveis argumentos contrários são: 1) a consideração de que o aborto do anencéfalo seria uma “eutásia pré-natal”, 2) não é possível calcular com exatidão o tempo de sobrevivência extrauterina; 3) o aborto do anencéfalo fere o princípio constitucional de dignidade humana. Existe ainda uma posição que afirma que não considera aborto a interrupção da gestão em caso de feto anencéfalo já que não existiria potencial de vida humana. As discussões estão apenas começando e certamente envolvem uma diversidade grande de opiniões misturadas com sentimentos e emoções. No mundo moderno, existem muitas possibilidades. As pessoas acabam ficando indecisas, perplexas e confusas. São necessários discernimento, clareza e espiritualidade.

Para muitas pessoas da sociedade civil, a medicina, o direito e as políticas públicas devem atuar no sentido de prevenir e aliviar o sofrimento, mas não no de matar o paciente. A moral católica respeita e procura dialogar com todas as pessoas e entidades civis, mas possui um posicionamento muito claro. Para nós, a vida começa com a fecundação, que é a penetração do espermatozoide no óvulo. Quando os dois gametas se unem, acontece o milagre da vida: forma-se uma identidade genética

única, diferente da simples soma das características dos pais, portadora em si mesma de uma programação própria de desenvolvimento. Essa vida, mesmo tecida de muito sofrimento, “malformações”, “imperfeita” em muitos sentidos, deve ser mais amada ainda.

Trata-se do “amor preferencial” de que falam os textos do magistério. A moral católica recusa o chamado “aborto eugenético”, enquanto atitude moral daqueles que desprezam os que são considerados “imperfeitos”. Toda vida deve ser amada, bem vinda, querida. Recentemente, discuti o mesmo tema com jovens universitários e percebi que muitos são partidários da ideia de eliminação de fetos anencéfalos por uma simples questão de “custo-benefício”. Triste juventude que pauta sua conduta por uma moral neoliberal de cunho “laxista” e “pragmática” do mais baixo nível. Seja “feia” ou “bonita”, “perfeita” ou “imperfeita”, a vida deve seguir seu curso natural, sendo acolhida como dom divino, desenvolvida no útero da mãe, lançada na terra e, quando chegar o momento oportuno, ser devolvida aos braços do Criador para repousar definitivamente na paz do perfeito amor.

Os cristãos que estão no cotidiano da vida pastoral e que precisam tomar decisões ou orientar pessoas que vivem situações semelhantes precisam ter muita cautela e sabedoria no momento de agir. Não existem orientações abstratas, elas devem ser vivenciadas no mesmo momento em que a vida é vivida. Deve se levar em conta os elementos psicológicos e sociais dos atores envolvidos e procurar sempre a vida enquanto manifestação plena de Deus. Nesse sentido, a teologia moral não pode ser casuística, mas aberta aos desafios dos tempos e incorporar a ciência prática como aliada em sua grande tarefa de tomar decisões positivas.

## **Teologia moral e cultura da morte**

Dos temas polêmicos da bioética para a realidade social da vida marcada pelo sofrimento e pela violência. A “cultura da morte”, como afirmou o papa João Paulo II (*Evangelium Vitae*, n 7-28), se manifesta na tendência a eliminar fisicamente ou moralmente pessoas e grupos que não possuam as características preconizadas pelas culturas dominantes. O “outro”, seja ele quem for, merece respeito e cidadania (LÉVINAS, 1993). A práxis da

inclusão é um dos elementos preponderantes da tradição bíblica. Jesus não foi um “moralista” conservador, pelo contrário, criticou as formas farisai-cas de comportamento, combatendo uma religião sem vida e anunciando uma prática cujo eixo maior se concentrava na misericórdia. A situação de crise social e a ausência de uma teologia moral que responda positivamente aos desafios do nosso tempo nos permite colocar a seguinte questão: como sacerdotes, professores, pais, midiólogos poderemos trabalhar e fazer escolhas morais em contextos de pluralismos abertos e indefinidos?

De acordo com Häring (1989), a teologia moral enquanto construção de princípios e normas que regem o agir e as decisões dos cidadãos tem passado por profundas transformações. Parece-me que a moral cristã encontra-se atualmente “acuada” pela força da moral de outros meios que hoje possuem força popular mais eloquente. Podemos citar o exemplo dos meios de comunicação social, especialmente os programas televisivos, como norteadores de uma moral voltada ao mercado, consumo, prazer. Programas de auditório, artistas famosos, jogadores de futebol tornam-se modelo de vida para muitos jovens. Modelos de vidas que não apresentam base moral consistente.

Essa moral contrasta-se com a moral cristã na medida em que cria outros valores ou na expressão do Santo Padre “contravalores” (JOÃO PAULO II, 1995). Pois bem, a violência enquanto “cultura da morte” que tem caracterizado nossa sociedade está radicada numa concepção moral cuja vida foi banalizada (GARRAFA; PESSINI, 2003). Não somente a vida, mas todos os relacionamentos desde o namoro, casamento, felicidade, sentido da existência. O ser humano está radicado num mundo de relações tão profundamente mercantis que não consegue se distanciar o suficiente para criticar. Não somente as relações humanas, mas as instituições estão sofrendo um processo de desgaste muito grave. A família, a escola, a religião, a comunidade, o bairro, a cidade, o rádio, a televisão e tantos outros meios de produção de comportamento estão perdendo a sua razão de ser enquanto formadores de pessoas, produtores de moral e de comportamento.

Não existe responsabilidade no trato social e pessoal. Vale a lei do mercado, enquanto senhora absoluta do agir dos cidadãos. As religiões precisam tomar muito cuidado para não perderem sua missão evangelizadora e se entregarem à lei do mercado. A violência se apresenta com

múltiplas faces. Podemos falar de violência física, psíquica, encoberta, estrutural. As causas são muitas, desde a estrutura social neoliberal que caracteriza nossa sociedade em seus aspectos de injustiça social, economia informal, desemprego, quebra dos laços sociais, bem como os fatores psíquicos destrutivos inerentes ao ser humano. Concordo com muitas pessoas da sociedade civil quando afirmam que é preciso recuperar a base moral da sociedade, propondo uma reação contra o escândalo da violência e construir relações mais saudáveis.

O desenvolvimento moral torna-se um elemento chave para esta nova sociedade, uma vez que cria e fortalece redes de solidariedade, valoriza a vida humana, propõe uma educação para o senso crítico do ser humano, recupera a responsabilidade e o compromisso social como um valor moral para a qualidade de vida. A base moral de que necessitamos é obra coletiva e se apresenta como precursora do resgate das instituições morais que regem a conduta humana. Diante das situações concretas de violência muitos reagem pedindo a pena de morte, mas será este o caminho a perseguir?

A violência enquanto cultura da morte se expressa nas expressões de vingança pessoal. A pena de morte não está oficializada no Brasil, entretanto, existe na dura realidade da vida de muitas pessoas. A moral católica depois do Concílio Vaticano II (1962-1965) vem se manifestando em oposição à pena de morte. Os documentos do Magistério Latino-americano – (Medellin, 1968), (Puebla, 1979), (Santo Domingo, 1992) – e tantos outros, procuram situar a questão dentro da moral renovada ou transformadora, nas quais os elementos da estrutura social são realçados. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em seus 60 anos de existência, não emitiu nenhum documento favorável à pena de morte. Pelo contrário, sempre se refere à situação de injustiça social, desordem moral, desigualdade social e direitos humanos.

Os Bispos cobram dos governos uma atuação mais rigorosa no campo da economia, reforma agrária, moralidade pública, distribuição de renda. Através das suas pastorais têm promovido a “cultura da vida” em seus anseios mais nobres. O último catecismo romano publicado pelo Papa João Paulo II, em 1993, não enfoca este tema de forma prioritária, pelo contrário, enaltece os dez mandamentos, dando destaque ao quinto, “não matarás”. Todo o catecismo está centrado nesse pensamento

teológico fundamental. Também não é correto usar os textos bíblicos fora do seu contexto para legitimar a pena de morte. Apesar de no Antigo Testamento aparecer com frequência passagens sobre a pena de morte, elas não servem para uma interpretação favorável ao contexto de hoje. Portanto, devemos fugir de uma interpretação fundamentalista.

É preciso levar em conta o contexto cultural próprio daquele tempo onde a vingança privada era incentivada como uma questão de honra. Assim, não se legitima transpor unilateralmente esses textos para os nossos dias. O enfoque da moral dentro da casuística também não responde ao problema. O casuísmo já foi superado pela moral renovada, própria do Vaticano II, e pela moral libertadora de cunho latino-americano. Soluções casuísticas para problemas globais não resolvem a questão. A questão da violência em nosso tempo ultrapassa fronteiras. Devemos realizar um grande trabalho de prevenção ao crime, que implica reorganização da economia, da participação política, da educação cultural, da (re)criação dos valores morais.

No campo teológico, é preciso construir uma teologia moral da misericórdia (TRASFERETTI, 1999), que ensine mais o perdão e o amor, do que a vingança e o ódio. Diante da pergunta de Pedro sobre quantas vezes devemos perdoar o nosso irmão, Jesus respondeu que devemos perdoar não somente 7 vezes 7, porém 70 vezes 7, ou seja, devemos perdoar infinitamente. Os escritos do novo testamento não falam explicitamente sobre a pena de morte. A ideologia do “preço do sangue” é questionada pela prática de Jesus que ensina o perdão e o amor de forma desmesurada. São clássicos os seus exemplos de amor aos imorais (prostitutas e pecadores), hereges (pagãos e samaritanos), impuros (leprosos e possessos), marginalizados (mulheres, crianças e doentes), colaboradores (publicanos e soldados), pobres (o povo da terra e os pobres sem poder). Em nenhum momento, Jesus defendeu a pena de morte para essas pessoas. Pelo contrário, pediu justiça e perdão aos malfeitores. Mesmo quando estava na cruz, não condenou seus algozes.

A atitude do perdão é mais nobre do que a do rancor, ódio e vingança. Isso não implica necessariamente condescendência com o criminoso, o marginal, o bandido. Pelo contrário, os que cometem o mal devem ser punidos. Para isso, devemos ter instituições fortes: polícia preparada, Estado

capacitado, política de segurança e melhores condições sociais. Não podemos incentivar o crime e a violência. A mídia não cumpre um bom serviço quando transforma bandidos em capas de suas revistas ou jornais, valorizando seus “poderes”. Os jovens podem ser incentivados ao crime, quando procuram “imitar” seus “ídolos”. Nessa sociedade complexa, na qual impera a ética do sucesso, o “jeitinho brasileiro”, o consumo exagerado, o mercado como valor máximo, devemos propor uma moral rigorosa que eduque para a responsabilidade e a liberdade (ZACARIAS; TRASFERETTI, 2010). Todas as instituições morais e todos os agentes morais somos responsáveis em denunciar essa “cultura da morte” e pregar uma “cultura da vida”!

A construção de uma “Cultura da Vida” como pede o Papa João Paulo II em sua encíclica *Evangelium Vitae* (1995) compete a cada um de nós. Todos os dias, de todos os modos, de forma incansável por meio de uma espiritualidade norteadada pela oração, respeitando a Sagrada Escritura, a Tradição, as experiências vivas das comunidades cristãs deveriam realizar ações em prol da vida, desde o carinho a um animalzinho até o afago em um ancião. O texto base da Campanha (2008) aponta a necessidade de trabalharmos para conscientizar por meio de uma educação afetivo-sexual integral que valorize a família, incentive a reflexão nos ambientes científicos e técnicos, atue junto aos meios de comunicação social (SANTOS, 2010). Propõe ações práticas e cotidianas como acolher a gestante em dificuldade e seu filho, apoiar os menores em situação de risco, estar sempre do lado dos idosos, cuidar dos doentes, participar da vida política. Para a CNBB, é preciso, ainda, apoiar as pastorais de fronteira, tais como: a pastoral carcerária, da criança, do adolescente, da mulher marginalizada, dos indígenas, ribeirinhos, sem terra e sem teto, da AIDS e tantas outras.

## Considerações finais

Em contextos de crise e de ausência de parâmetros definidos, a Teologia Moral deve produzir frutos que produzam consciências morais capazes de autonomia, liberdade e pleno discernimento (KEENAN, 2010). Nesse sentido, diante dos problemas graves que a área da Bioética enfrenta, confrontando-se diariamente com a “cultura da morte”, a teologia

moral é convidada a ensinar que, nascer e morrer faz parte de um grande processo chamado Vida. Sua tarefa em sintonia com a vida pastoral e com a práxis dos cristãos em suas respectivas comunidades é ensinar que “viver é saber morrer”. Não a morte violenta que se morre antes do tempo, mas a morte enquanto passagem, fruto do tempo vivido e procurado (KÜBLER-ROS, 1981).

Sempre que posso observo os bichinhos que mansamente aparecem e desaparecem da minha vista. Quase sempre recorro a frase extraída do livro de Genesis 3: 19, recordando a nossa fragilidade corporal. Para Heidegger (1989), devemos viver tendo plena consciência da nossa finitude. Somos finitos enquanto “ser-no-mundo”. Padre Antonio Vieira (2000, p. 9) afirma: “saber morrer é a maior façanha”. Em Roma, no ano de 1672, numa Quarta-feira de Cinzas na Igreja de S. Antonio dos Portugueses, Padre Viera (2000, p. 47) advertia: “Memento homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris”, ou seja, “sois pó e, em pó vos haveis de converter”. O grande pregador ensinava essas duas verdades da vida: primeira, sois pó; segunda, em pó vos haveis de converter. Esse jesuíta português nos coloca de forma dramática diante de um dos grandes tabus do nosso tempo: a morte!

As palavras de Jesus nos recordam que devemos estar sempre preparados, pois a hora é sempre incerta. Vigilância e atenção são os ensinamentos do Evangelho. Estamos aqui de passagem! A preparação para a morte deve ser cotidiana (DASTUR, 2002). Ela é a única certeza e a melhor amiga. A arte de nascer é também a arte de morrer. A vida é a totalidade da existência. Nascer e morrer compõe este quadro maravilhoso que é a vida. Sempre vida! A vida dionisíaca que se alegra com o vinho e o gosto da dança. Ser-com-o-mundo implica uma atitude de amor, mesmo na dor. Somos mortais para este mundo, mas imortais para a realidade celestial. Não nos perdemos, apenas nos separamos. Para nós que cremos, com a nossa morte Deus completa a obra que ele mesmo começou.

Como diz o poeta, no Brasil, não se morre de velhice, mas de emboscada antes dos 30. Falamos da morte social, aquela que se realiza de bala perdida, fome ou abandono na porta dos hospitais (OLIVEIRA, CALLIA, 2005). Banalizamos o morrer e já estamos habituados ao ritmo fugaz da vida. Compreender a fragilidade do corpo e, viver como “seres

autênticos”, como quer Heidegger (1989), não significa se resignar à crueldade da morte social. É preciso combater a violência das balas e da fome que ceifa crianças, jovens e adultos.

O fim chega para todos! São Tiago se pergunta: “Mas o que é a vossa vida”? Ele mesmo responde: “é vapor que aparece por um instante” (Tg 4: 14). São como aquelas bolhas de sabão que aparecem e desaparecem sorratoriamente. Um instante, uma eternidade! Agostinho (1987) mostra que a morte não é nada. Afirma que é apenas uma passagem e que a vida continua de outro modo. Para ele, na verdade, nascer e morrer são processos que compõem a tessitura da existência em sua totalidade aberta ao infinito. Com toda certeza, podemos afirmar com o Padre Antonio Vieira (2000, p. 9), que: “saber morrer é a maior façanha”. Desse modo, em contextos de crise social, pluralismos indefinidos e sociedades complexas, a teologia moral, enquanto ciência prática que trabalha na construção de consciências morais lúcidas, não pode se recusar à grande tarefa de oferecer caminhos para o correto discernimento.

## Referências

- AGOSTINHO, S. **A verdadeira religião**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BERNARD, J. **A bioética**. São Paulo: Editora Atica, 1998.
- CAMPANHA da Fraternidade. **Fraternidade e defesa da vida**. Texto Base: Brasília, 2008.
- CHIAVACCI, E. **Breves lições de bioética**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- COMBLIN, J. **A profecia na igreja**. São Paulo: Paulus, 2008.
- CONCÍLIO VATICANO II. **A Igreja no mundo de hoje**: constituição pastoral Gaudium et Spes. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Donum Vitae**, 1987.
- DASTUR, F. **A Morte. Ensaio sobre a finitude**. São Paulo: Difel, 2002.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferencia Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe**. São Paulo: Paulus, 2007.

GARRAFA, V.; PESSINI, L. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola, 2003.

HÄRING, B. **Livres e fiéis em Cristo. Teologia moral para sacerdotes e leigos**. São Paulo: Paulinas, 1982.

HÄRING, B. **Teologia moral para o terceiro milenio**. São Paulo: Paulinas, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1989. (Parte II).

JOAO PAULO II. **Carta encíclica Evangelium Vitae**. São Paulo: Loyola, 1995.

JUNGES, J. R. **Bioética: hermenêutica e casuística**. São Paulo: Loyola, 2006.

KEENAN, J. **Ética teológica no contexto mundial**. Aparecida: Santuário, 2010.

KÜBLER-ROS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVEIRA, M. A. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001.

OLIVEIRA, M. F.; CALLIA, M. H. P. **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. **Bioética: alguns desafios**. São Paulo: Loyola, 2001.

PESSINI, L. **Bioética: um grito por dignidade de viver**. São Paulo, 2006.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. **Buscar sentido e plenitude de vida**. São Paulo: Paulinas, 2008.

REALI, G. **O saber dos antigos: terapia para os tempos atuais**. São Paulo: Loyola, 1999.

SANTOS, F. S. **A arte de cuidar**: saúde, espiritualidade e educação. São Paulo: Comenius, 2010. doi:10.1590/S1981-77462010000300015.

SCHOCKENHOFF, E. O Desafio do pluralismo. In: KEENAN, J. **Ética teológica católica no contexto mundial**. Aparecida: Santuario, 2010. p. 369-381.

TRASFERETTI, J. A. **Ética da misericórdia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRASFERETTI, J. A. **Filosofia, ética e mídia**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2007.

VIDAL, M. **Dez palavras-chave em moral do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2003.

VIEIRA, A. **A arte de morrer**. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

ZACARIAS, R.; TRASFERETTI, J. **Ser e cuidar**: da ética do cuidado ao cuidado da ética. Aparecida: Santuario, 2010.

Recebido: 15/08/2012

*Received*: 08/15/2012

Aprovado: 31/10/2012

*Approved*: 10/31/2012